Impostos sobre o crescimento?

MARIA ANTONIETA DEL TEDESCO LINS

Finalmente, e para o alívio dos setores considerados ortodoxos do governo, o tão aguardado crescimento da atividade econômica dá sinais de consistência. Com isso, ficam fortalecidos os defensores da primazia da estabilidade.

Os últimos indicadores de produção industrial divulgados mostram que a retomada se generalizou, abarcando também setores exclusivamente voltados para o mercado interno e que dependem, portanto, apenas da recuperação da renda doméstica. Será que despertamos, enfim, do pesadelo da estagnação?

Por enquanto, parece que sim, embora a temporada de sonhos bons não esteja garantida. Reza a teoria econômica que a sustentação da prosperidade depende da manutenção da demanda aquecida. E quem vai garantir esse fluxo continuado de gastos? Do lado do setor público, não se deve esperar o improvável. A austeridade, agora referendada pela retomada do crescimento, deve seguir como regra intocável do comportamento estatal. E isso, a despeito das pressões políticas do ano eleitoral. A solidez do processo de crescimento em curso depende, então, do vigor dos investimentos privados. Estes, por sua vez, alegam estar restritos por condições distantes do ideal em termos de infra-estrutura, de possibilidades de financiamento e pela elevada imposição tributária.

O grande público percebe que o cenário permanente para a abertura de uma longa temporada de crescimento ainda não está concluído, apesar de o espetáculo vir sendo encenado em clima de pré-estréia. São conhecidas as necessidades de investimento em transporte, energia, irrigação, entre outras urgências. O setor privado pede regulação e menor imposição fiscal.

É fato que a carga tributária no País é elevada e acaba por "estimular" a permanência indesejável de parte da economia na informalidade. Mais do que isso, as ineficiências na estrutura de arrecadação e o caráter incompleto das mudanças recentemente dotadas na legislação tributária não permitem antever uma melhora nesse estado de coisas.

Se os investimentos dependem da renda das empresas e do custo e das condições de financiamento do capital, corremos o risco de ver frustradas nossas esperanças de um longo período de prosperidade.

As manifestações inflamadas de representantes empresariais de todos os setores são legítimas, porém são insuficientes. Tendo em vista que a estabilidade macroeconômica é um bem público a ser preservado, e que, portanto, a saúde financeira e fiscal do Estado deve ser cuidada, as bases do crescimento duradouro estão embutidas em uma transformação institucional mais ampla e estrutural. Essa transformação depende do estabelecimento de um quadro político bastante determinado, a partir do qual será possível enfrentar os temíveis desafios envolvidos na discussão de atribuições e direitos dos grupos econômicos e sociais. ■

Pouca alteração no cenário básico para 2004

	2001	2002	2003	2004p
PIB (%)	1,5	1,9	-0,2	3,8
Agricultura (%)	5,1	5,5	5,0	5,3
Indústria (%)	-0,6	2,6	-1,0	3,9
Serviços (%)	2,5	1,6	-0,2	3,5
Juros				
Taxa Selic (%aa) média	17,5	19,1	23,0	15,5
Taxa Selic (%aa) final	19,0	25,0	16,5	14,5
Inflação				
IPCA (%)	7,7	12,5	9,3	7,1
IGP-M (%)	10,4	25,3	8,7	11,2
Câmbio (R$/US$, final de período)	2,4	3,5	2,9	3,1
Balança comercial	2,6	13,2	24,8	27,9
Exportações (US$ bi)	58,2	60,4	73,1	86,2
Importações (US$ bi)	55,6	47,2	48,3	58,3
Conta corrente (% PIB)	-4,6	-1,7	0,8	1,1

p=previsão